



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	10725.000819/2005-78
Recurso nº	517.465 Voluntário
Acórdão nº	2201-01.529 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	12 de março de 2012
Matéria	IRPF
Recorrente	VANDA PASSOS PERES
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2001

Ementa:

MOLÉSTIA GRAVE. COMPROVAÇÃO. ISENÇÃO. REQUISITOS. Para a configuração da isenção do imposto de renda aos portadores de moléstia grave, dois requisitos precisam estar presentes, simultaneamente: a existência da doença por intermédio de laudo pericial emitido por serviço médico oficial do qual conste, de forma inequívoca, a existência de moléstia grave prevista no inc. XXVII do art. 40 do RIR/94 e os rendimentos devem estar comprovadamente relacionados à aposentadoria, reforma ou pensão.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

(assinado digitalmente)

PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA – Presidente em Exercício

(assinado digitalmente)

RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA – Relatora

EDITADO EM: 12/07/2012

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rayana Alves de Oliveira França, Margareth Valentini, Rodrigo Santos Masset Lacombe, Gustavo Lian Haddad e Pedro Paulo Pereira Barbosa (Presidente em exercício).

Contra a contribuinte acima identificada, foi lavrado Auto de Infração (fls.10/17) relativo ao IRPF, exercício 2001, tendo sido apurado crédito tributário no montante total de R\$ 52.768,44, incluindo juros e multa pertinentes, originado da omissão de rendimentos no valor de R\$55.888,13 recebidos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e dedução indevida R\$11.173,78 a título de carne-leão.

Intimada, do lançamento, a contribuinte apresentou impugnação, fls.01/02, argumentado em síntese que é Portadora de Doença Grave e que declarou apenas o valor de R\$45.088,14 como tributáveis, por ter sido considerada portadora de moléstia grave desde julho de 2000, por meio do processo administrativo n.10725.002242/99-66.

No curso do procedimento fiscal, a contribuinte foi intimada a apresentar o comprovante de rendimentos do exercício 2001, ano-calendário 2000, recebidos da fonte pagadora Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (fls.67) e quedou-se inerte, sendo assim enviado para Delegacia de Julgamento (fls.69).

Após analisar a matéria, os Membros da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro, acordaram, por unanimidade de votos, em julgar improcedente a impugnação, nos termos do Acórdão DRJ/RJO RJ2 nº 13-26.871 de 19 de outubro de 2009, fls. 71/72, pelas razões sintetizadas no seguinte enxerto do voto condutor:

"Com relação à moléstia grave ficou comprovado que a partir de julho de 2000 a contribuinte poderia ser considerada portadora do Mal de Parkinson, conforme documento de fl.56, emitido pela Junta Médica da GRA/ NUCAM (fl.56)

Quanto a natureza dos rendimentos recebidos não foi provada que é de aposentadoria ou pensão, a contribuinte não apresentou nenhum documento que pudesse alterar os dados prestados por meio da DIRF de fl.70, na qual consta a informação de que se tratam de rendimentos do trabalho assalariado.

Por conseguinte, diante das exposições supra, o contribuinte não faz jus à isenção prevista no inciso XIV do artigo 6º, da Lei nº 7.713/1988 com a redação dada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541/1992 e alterações introduzidas pelo artigo 30 e §§ da Lei nº 9.250/1995 , por não obter cumprido as duas condições cumulativas.

Com relação ao valor de carnê-leão não foi apresentado qualquer documento que pudesse afastar a glosa efetuada."

Cientificada da decisão da DRJ em 19/12/2009 ("AR"fls.75), a contribuinte apresentou, através do seu procurador, na data de 15/12/2009, Recurso Voluntário Tempestivo (fls.76/84), argumentando em síntese:

- Preliminarmente, nulidade do acórdão de primeira instância "que não apreciou detidamente todas as questões que foram colocadas na Impugnação, notadamente a natureza do rendimento da contribuinte, contrariando posicionamento do próprio fisco nos despachos de fls. 55 e 64, taxativos no sentido proclamar a natureza jurídica do rendimento auferido pela recorrente: "Trata-se de Pensão Judicial".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 12/07/2012 por RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA, Assinado digitalmente em 12/07/2012 por RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA, Assinado digitalmente em 12/07/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Impresso em 16/11/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

- No mérito, requer o cancelamento do lançamento por ser a contribuinte comprovadamente portadora de moléstia grave (mal de Parkinson), conforme comprovado pelo atestado médico de fls. 19, emitido por médico do Sistema Unificado de Saúde - SUS, e Declaração Médica de fls. 20, emitida por médico particular.
- Afirma ainda que nunca manteve relação de emprego com Tribunal de Justiça do RJ e que a relação existente sempre foi desde agosto de 1986, decorrente da percepção de pensão alimentícia.

É o relatório.

Voto

Conselheira Rayana Alves de Oliveira França - Relatora

O Recurso preenche as condições de admissibilidade. Dele conheço.

A questão em análise está em se definir se a contribuinte tinha ou não, direito à isenção do IRPF por moléstia grave.

Em sede de preliminar a recorrente argui a nulidade do acórdão de primeira instância, por entender que o mesmo não apreciou detidamente todas as questões que foram colocadas na Impugnação, notadamente a natureza do rendimento da contribuinte, contrariando inclusive o posicionamento do próprio fisco de que o rendimento era decorrente Pensão Judicial.

A contribuinte quando intimada a apresentar o comprovante de rendimentos, recebidos da fonte pagadora Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, não apresentou qualquer documento. Por outro lado a autoridade julgadora a quo, tinha uma declaração da própria fonte pagadora – DIPF, na qual constava a informação de que os valores pagos eram referentes ao trabalho assalariado.

Havia portanto uma prova escrita que os rendimentos em questão não eram de aposentadoria ou reforma ou pensão e portanto a recorrente, mesmo portadora de moléstia grave, não preenchia os requisitos previsto no artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713/88, com a redação dada pelo artigo 47, da Lei nº 8.541/92, para usufruir do benefício de isenção de imposto de renda.

A autoridade julgadora de primeira instância entendeu que diante do quadro probatório apresentado nos autos, não estava devidamente comprovada a natureza dos rendimentos em questão. Não há portanto que se falar em nulidade, pois os elementos constantes do processo não convenceram os julgadores sobre a questão controversa.

Assim não há como acolher essa preliminar.

Passemos a análise do mérito da questão, no processo é incontroverso que a contribuinte a partir de julho de 2000, era portadora de Mal de Parkinson, constante no rol das moléstias graves, para fins de isenção do IRPF, nos termos do artigo 39, do RIR/99, inciso

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 12/07/2012 por RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA, Assinado digitalmente em

12/07/2012 por RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA, Assinado digitalmente em 12/07/2012 por PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Impresso em 16/11/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

"Artigo 39 - Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XXXIII - os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente em serviço, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteite deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;" (grifei).

O importante é definirmos se a contribuinte atende os requisitos para fazer jus à isenção do IRPF por moléstia grave. Trata-se de dois requisitos que devem ser observados: 1º. a existência de laudo médico técnico atestando a doença e a data do seu início; 2º. ter a contribuinte proventos oriundos de aposentadoria ou reforma ou pensão, pois são esses os rendimentos alcançados pelo benefício fiscal.

Conforme acima explanado, o pressuposto desde a decisão de primeira instância para o não reconhecimento da isenção foi de que não restou comprovado que a natureza dos rendimentos recebidos pela contribuinte, são relativos a aposentadoria ou pensão, visto que na DIRF (fls.70), apresentada pela fonte pagadora consta a informação de que se trata de rendimentos do trabalho assalariado.

Assim, não há reparos a fazer ao lançamento.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Rayana Alves de Oliveira França